



Contagem de corpos: entre *posts*, ameaças e incômodos na blogosfera jornalística

Adriana SANTANA*

Resumo

Sob o viés dos limites e perspectivas da confluência entre as esferas do jornalismo e dos blogs, este artigo analisa uma iniciativa de produção jornalística possibilitada pelo alcance e possibilidades de comunicação na web. Com o estudo de caso do *PEbodycount*, contador eletrônico de homicídios, tenciona-se traçar um paralelo entre a apuração no jornalismo, o uso da subjetividade do repórter e o meio blog como propulsor e facilitador da investigação. O aparato teórico utilizado para dialogar com o objeto de estudo se compõe de Teorias do Jornalismo, Cibercultura e Ética.

Palavras-chave: Blogs jornalísticos. Apuração. Reportagem.

Abstract

This paper analyses a recent initiative of journalistic production made possible by the scope and possibilities of communication on the web, based upon the perspective of the limits and confluence expectations between journalism and blogs. With the case study of the PE BodyCount site, an electronic murders counter in the state of Pernambuco, this text aims to draw a parallel between news gathering, the use of subjectivity by the reporter and the blog as a catalyst and facilitator of journalistic investigation and dissemination of news. The analysis covers the blog's formation process and aims to put light into the uses that newspapermen find when getting in touch with new tools. The theoretical apparatus used to dialogue with the object consists of Theories of Journalism, Ciberculture and Ethics.

Keywords: Journalistic blogs. News gathering. News reporting

O berço do contador

Caso, há algum par de anos, alguém assegurasse a um morador de um grande centro urbano que uma das suas leituras no futuro, já às primeiras horas do dia, seria realizada não apenas ao computador e com possibilidade de participação simultânea, mas que também teria como função básica informar-lhe acerca da contagem diária de corpos de pessoas assassinadas na cidade onde residisse, não seria provavelmente

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPE.



apenas a estupefação o que viria a assolar o cidadão em questão, como também, e principalmente, o asco ante a idéia.

Mas eis que a violência urbana tomou vultos assombrosos, a grande rede consolidou-se em fonte basilar de pesquisa e informação, e um dos seus fenômenos mais inusitados e bem sucedidos, o blog, numa ferramenta largamente utilizada e evocada também por profissionais do jornalismo para driblar a ausência de espaço nas mídias tradicionais. Ainda, servir como exercício retórico ou para construção de ambiente de discussão de grande alcance, que permitiu a criação relativamente rápida e gratuita de uma nova esfera de difusão de notícias. Gênero de comunicação que Gunter classifica como um dos exemplos do ‘empoderamento’ (*empowerment*) do público pela Internet (2003, p.14).

Rio de Janeiro, Recife e Bagdá. Cidades que sediam, na *Web*, bancos de dados independentes com o objetivo primordial de fazer a contagem diária de seus mortos pela violência, com duas distinções: a primeira é que, enquanto Bagdá assiste à ocupação de seu território por tropas militares internacionais, Rio e Recife (sobre)vivem a uma guerra urbana velada com vítimas fatais que chegam a suplantam os números iraquianos.

A segunda, foco de análise deste artigo, diz respeito ao formato e ao propósito de um dos contadores: último dos três a ser lançado, o *PEbodycount*, ao contrário dos similares carioca e iraquiano, surgiu na Internet sob a égide do *blog*.

Além da maior extensão da esteira tecnológica, natural e forçosamente contribuiu para o surgimento do ‘*bodycount online*’ o incremento dos índices de violência urbana com vítimas fatais nas cidades em questão. Do dia 1º de maio de 2007, data em que foi ao ar, ao meio-dia de 12 de novembro deste ano, o blog pernambucano registrava 2172 mortes por assassinato em Pernambuco.

Com o compromisso de não se configurar apenas como um contador de cadáveres, no editorial de lançamento os quatro jornalistas que idealizaram o veículo afirmam que pretendem “contar histórias e ajudar a mudar realidades”. Assim, os editores do veículo assumem a pretensão de transformar o contador *online* em local de participação e confluência de análises, convidando à participação, via *posts* automáticos, anônimos ou identificados, artigos e sugestões.

Na primeira *postagem* do *blog*, em maio de 2007, foram computados 78 comentários de usuários. O que não significa poder afirmar, necessariamente, que o fato de pessoas lerem e comentarem as notícias automaticamente faça do site um ponto de discussão com genuína troca de idéias, e que a pauta e o direcionamento dos textos sejam guiados exclusivamente pelos leitores do *blog*.

Pode-se inferir que, aos usuários, a possibilidade de tecer comentários e acompanhar a construção das pautas no *blog* é, no mínimo, um *plus* considerável às formas mais tradicionais de consumo de informação. Gunter (2003, p.170), por exemplo, ao se referir à expansão do ciberespaço como meio informativo, assinala que os usuários de *sites* noticiosos têm a chance de se envolver mais com o processo de produção da notícia a partir da capacidade de interação proporcionada pela *Web*.

A respeito da questão, discutida e discutível, da confiabilidade da informação veiculada em *blogs*, e da própria blogosfera e seu contraponto com o jornalismo, Anderson (2006), aplicando o conceito da ‘Cauda Longa²’, ‘resolve’ a celeuma na aposta pela pluralidade e na capacidade de escolha do público.



Os blogs são uma forma de Cauda Longa e é sempre um erro generalizar sobre a qualidade ou natureza do conteúdo na Cauda Longa – ela é, por definição, variável e diversa. Mas, em conjunto, os blogs estão se revelando tão fidedignos quanto a grande mídia e até mais confiáveis. Apenas é necessário ler mais de um deles para decidir. (ANDERSON, 2006, p. 67)

No *PEbodycount*, a contenda a respeito da veracidade de dados é certamente modalizada por conta de os integrantes contarem com duas ‘chancelas’: a de serem jornalistas de profissão e a de estarem ligados a um veículo ‘tradicional’ de publicação de notícias.

Referindo-se à necessidade de haver a prática da apuração criteriosa, o editor João Valadares afirma³ não se importar com a origem de quem informa, pois “o que traz credibilidade é a ação responsável de quem busca a notícia, e não a profissão em si”.

Apesar de se utilizar do expediente do *blog* para promover discussões entre internautas, percebe-se, numa leitura relativamente acurada da produção do *site*, que a participação do público, via comentários aos *posts*, poucas vezes é responsável, diretamente, pelo tema de uma matéria ou por nortear a produção informativa do veículo. Contudo, os editores creditam à participação dos leitores, via *post*, o surgimento de uma esfera de discussão pouco percebida em meios mais tradicionais: a genuína “construção da informação”, conforme relato dos editores do *blog* a esta pesquisa.

Na visão dos *bodycounters*, o fato de as postagens, muitas vezes, acrescentarem informações e contribuírem com novas angulações em relação à notícia é um fenômeno muito mais presente, e em maior escala, à participação de leitores num expediente como o de ‘cartas à redação’, comum aos veículos impressos.

Percebe-se que, no processo de escolha do formato *blog*, os idealizadores do contador buscavam claramente um *locus* no qual fosse possível estender os limites do noticiário local acerca da violência urbana, um espaço, em teoria, menos amarrado a políticas editoriais e econômicas, sem restrição da ditadura do espaço físico, tempo e, naturalmente, liberto das amarras das vinculações governamentais e com anunciantes.

O grupo passou a contar com um veículo sobre o qual detêm as rédeas para definição da pauta, da ênfase a ser dada aos temas e, certamente, das angulações e das ‘bandeiras’ a serem levantadas. E reside justamente neste ponto o que foi primordial à escolha de um *blog* para encampar o projeto do contador *online*. A possibilidade de exercer um jornalismo abertamente subjetivo, sem a preocupação com o cumprimento do preceito ainda cobrado da objetividade e isenção, questão a ser abordada mais adiante. E, como fio condutor, extrapolar a cobertura estatístico-factual, num investimento na investigação, na reportagem.

Apesar de instituído por uma organização que se declara partidária e sem fins lucrativos, todos os fundadores do projeto *PEbodycount* são vinculados contratualmente ao mesmo jornal impresso, o *Jornal do Commercio*. Todos ligados à cobertura policial no matutino. O que resvala, naturalmente, para uma questão de duas grandezas: a da ética profissional e concorrencial e, n’outra ponta, as obrigações do empregado para com a empresa contratante.



Levando em consideração uma das características que compõem o que Meyer (1986) classifica como ‘código oculto’ dos jornalistas, a saber, o fato de os veículos considerarem jornalisticamente menos valiosas as matérias realizadas pelos concorrentes, poder-se-ia intuir que as histórias publicadas no blog não seriam feitas posteriormente pelo jornal, e vice-versa. Essa lógica, no entanto, não funciona em mão dupla, conforme será observado mais adiante.

De início, convidados a hospedar o *blog* no portal do sistema de comunicação (que inclui ainda estações de rádio e TV) ao qual pertencem, os integrantes do site optaram por reclinar o convite, mantendo o *bodycount* num endereço sem vinculações. De acordo com um dos fundadores, Eduardo Machado, a decisão de não associar o *blog* a um portal, apesar do ganho inicial em audiência e escala, impossibilitaria a realização de um jornalismo cada vez menos usual nos veículos contemporâneos. O impeditivo, nesse caso, passava pela esfera da necessidade de contar com mais liberdade de atuação, sem amarras contratuais com a linha editorial e com as relações político-comerciais de grupos de comunicação.

No entanto, para que o site pudesse ter as despesas pagas mensalmente, a vinculação com organizações da sociedade civil acabou sendo inevitável, através do patrocínio de organizações civis. O que, sob a ótica da imparcialidade possível, pode parecer um contra-senso para um veículo que se pretendia livre e sem intersecções institucionais.

A possibilidade de realização de um trabalho ‘imparcial’ e livre de quaisquer pressões também não parece se configurar como primordial para a escolha do formato de *blog* do projeto, e sim outra sorte de fatores. Sobre o tema, os editores afirmam já ter recusado patrocínio de empresas particulares, com o intuito de não dar margem a situações vexatórias, como apurar matérias que ferissem o interesse dos patrocinadores. “O que seria até desconfortável, mas nunca um impeditivo”, afirma o editor Rodrigo Carvalho.

Em primeira instância de análise a respeito da escolha pelo meio *blog*, destaca-se a facilidade de produção possibilitada por essa ferramenta, adequada ao modelo produtivo do projeto, que conta com quatro jornalistas, os quais realizam as apurações e redação de matérias fora da ambiência de suas funções profissionais ‘tradicionais’, e nos horários os mais diversos.

O fato de o acesso à atualização ser possível de qualquer local, sem a necessidade de conhecimento de linguagens *Web* ou manejo de *software* específico, também contribui para o uso de um *blog* e não de um sítio eletrônico ‘estático’. A compreensão pela escolha do recurso *blog* pode ser melhor entendida com o aporte da análise de Bockowski (2001, p.12, tradução livre) a respeito do surgimento das novas mídias. Para o autor, pode-se inferir que o aparecimento de um novo meio é sempre a “mescla da estrutura sociomaterial existente como novas capacidades técnicas e com a noção de que essa evolução é influenciada por uma combinação de condições históricas, contingências locais e dinâmicas processuais”.

O retorno em audiência do *blog*, mensurável, em partes, pela quantidade de postagens de leitores, configura-se ainda como forma de repercutir imediatamente o conteúdo dos artigos, notas e matérias, o que se constitui num propulsor, a partir dos comentários publicados, para suítes e desdobramentos.



A exposição de comentários de leitores, especialmente em momentos de grande participação numérica, também propicia uma certa legitimação pública ao produto informativo desenvolvido. Os leitores do *blog* também podem dar voz a suas experiências como vítimas da violência urbana, numa seção em que são encorajados a fazer relatos acerca dos episódios que vivenciaram, num formato não muito distante ao dos boletins de ocorrência.

Pertencendo os quatro blogueiros aos quadros de um jornal impresso, no qual todos participam da cobertura policial, é legítimo questionar-se a factibilidade de um projeto paralelo que, em muitos aspectos, pode ser avaliado como veículo concorrente. Sob esse viés, é necessário entender quais os critérios e estratégias de tomada de decisão para o caso de publicação de ‘furos’, de matérias em primeira mão. Na balança, o peso ético-contratual da relação funcionários *versus* empresa jornalística, de um lado, e o compromisso com o projeto particular do *blog*, de se configurar como espaço de discussão sobre a questão da violência urbana.

A política adotada pelos editores do *PEbodycount* é clara, apesar de longe de simples de ser posta em prática. O raciocínio visa privilegiar o veículo oficial para o qual os integrantes trabalham formalmente. Todos os ‘furos’ jornalísticos pertencem, em primeira instância, ao jornal. Só quando as matérias oferecidas não interessam ao matutino é que são publicadas, em primeira mão, no contador *online*. O que não impede que as informações inicialmente veiculadas no jornal sejam, logo em seguida, postadas para comentários no *blog*.

As fronteiras entre quando termina uma atividade e começa outra são impraticáveis de serem formalmente estabelecidas, principalmente no que diz respeito ao relacionamento com as fontes. Um dos integrantes do projeto recebeu ameaça de morte via *blog*, por conta de uma denúncia de desmandos policiais publicada com destaque.

A ameaça foi não apenas ao blogueiro ou ao jornalista contratado, mas ao indivíduo que ocupa ambos os papéis. Em relação ao contato com as fontes informativas, é muito tênue a linha que divide o repórter da imprensa tradicional e o jornalista-blogueiro: é possível estabelecer a qual dos dois foi destinada a informação pela fonte? Aos menos aos fundadores do *bodycount*, a questão parece ser parcialmente resolvida com a afirmação que a política editorial do *bodycount* não privilegia os furos, e sim a discussão sobre segurança pública.

Subjetividade em uso

Observa-se, na produção do *PEbodycount*, o uso mesmo escancarado da opinião e da tomada de posição como forma de enriquecer o trabalho jornalístico cotidianamente realizado pela equipe de jornalistas na redação de um jornal impresso.

Essa utilização ‘ideal’ da subjetividade com fins jornalísticos encontra justamente guardida num *blog*, pois, ao contrário dos meios de comunicação ‘tradicionais’, não é esperada do repórter a isenção da objetividade enquanto meio de apuração. Mesmo não assumindo a postura de uso racional da subjetividade na apuração e produção dos textos postados, e sim declarando o caráter jornalístico do veículo, manchetes como “Pão com mortadela, ladeira como motor de arranque e o faz-de-conta da Segurança em Pernambuco” – 05.08.2007 e “Uma delegacia pra chamar de minha” – 07.07.2007



demonstram o caráter mais livre dos preceitos estilísticos ainda em uso no jornalismo dito tradicional.

A investigação entendida como essência do jornalismo, por contribuir para a diminuição da possibilidade de erros, de equívocos (VIZEU & CORREIA, 2006) e, portanto, como forma de redução da incerteza, possui certamente um propósito inegavelmente claro e baseado na lógica das proporções inversas. Tanto mais se pergunta, se checa, se conversa/entrevista, se reconstitui e se observa, tanto menor, ao menos em teoria, a probabilidade de ocorrência de imprecisões e lacunas.

Apura-se não apenas para (re)construir um fato e, assim, contar com mais subsídios para a construção de uma história, mas também – e por vezes, principalmente – para erguer uma barreira de proteção contra a dúvida e contra possíveis contestações quanto à veracidade do que se retrata (ou representa) através das matérias jornalísticas.

Contar com o aval de muitas fontes, diversas variantes e ‘provas’, seria o mesmo que estampar um selo de *ISO 9000* nas matérias a serem veiculadas e, por isso mesmo, estar de posse de uma autoridade institucional auto-outorgada que permite ao jornalista relatar sobre determinados acontecimentos. Mas além da redução de incertezas, além de murada de proteção e até mesmo da possibilidade de se investir de um lugar de fala privilegiado e ‘autorizado’, a investigação no jornalismo pode servir ao preenchimento de uma função mais complexa, e velada.

A partir do instante em que se desenvolve um percurso de apuração, delineia-se, necessariamente, uma linha discursiva formada (e justificada) justamente pelos elementos captados nesse processo de investigação jornalística. Os dados levantados durante o período de captação de informações certamente irão contribuir para a formação de uma linha de raciocínio, de uma tese a ser apresentada e defendida. Sendo assim, essas informações, além de compor a construção da história, configuram-se também como meios de ‘defender’ um ponto de vista, de validar uma ou um certo número de hipóteses, de comprovar uma questão apontada e, por fim, de engrossar o caldo da visão que se construiu de determinado fato.

Ao contrário do que acontece na construção de um raciocínio retórico, quando o uso de determinadas sentenças, construções ou mesmo informações é feito de forma mais ou menos declarada para dar força à argumentação, na reportagem a utilização desse expediente não é assumidamente reconhecida como necessária à defesa de uma ‘teoria’ acerca de determinado fato jornalístico. Do contrário, o recurso da apuração é visto, entendido, assumido e declarado como parte imprescindível do *modus operandi* do jornalismo, e que tem como função a redução de erro e o esgotamento de todas as abordagens possíveis acerca do tema alvo da reportagem em questão. “A disciplina de verificação tem, por princípio, o desafio de criar antídotos à incerteza de base que caracteriza o jornalismo”, conforme assevera Pereira Júnior (2006, p.76).

Ressalte-se, contudo, que não se está incluindo nessa discussão o papel das construções discursivas, do uso de recursos retóricos no texto jornalístico, já largamente compreendidos e aceitos como ferramentas persuasivas e assumidamente utilizadas, como ressalta Karam sobre o uso da retórica no jornalismo: “(...) se recorre ao silogismo para extrair deduções convincentes e demonstráveis, embora não se mostrem todos os dados, todos os possíveis efeitos” (2004, p.109).

Na investigação jornalística, a apuração parece ter dois propósitos: o primeiro e mais óbvio é o municiar-se de dados para conseguir se chegar a um cenário o mais



próximo possível da realidade relatada. O segundo é o que está mais para uma ‘sensação’ do que propriamente para uma característica formal do jornalismo: o de servir como base comprobatória às hipóteses levantadas durante – ou até mesmo antes – o processo de apuração.

Essa tomada de posição não é ou pelo menos não tem sido abertamente defendida oficialmente pelos ‘praticantes’ do jornalismo nos veículos tradicionais e, na maioria das vezes, essa figura do jornalista defensor de uma causa é trazida à baila justamente para se traçar uma linha demarcatória entre o jornalismo ‘de antigamente’ – no qual a defesa de um ponto de vista era algo não apenas comum, mas até constituinte do processo – com o atual, no qual a objetividade, a isenção, a imparcialidade são pilares e obrigações.

O lendário David Nasser, considerado por muitos profissionais como a encarnação (im)perfeita do espírito do jornalista parcial e, portanto, subjetivo, muitas vezes agia em suas apurações e construções de matérias como um verdadeiro advogado (de defesa ou acusação), resoluto em desvendar os fatos escondidos que rodeavam as histórias que cobria, num tom de tamanha vociferação que lembrava mesmo os utilizados em sessões de tribunal. Para Nasser, decerto, a investigação jornalística era realizada apenas para comprovar suas hipóteses e não deixar margem para dúvida quanto à veracidade do que o jornalista tentava comprovar.

Um dos mais emblemáticos dos tantos exemplos do teor passional e questionável utilizado pelo antigo repórter da revista *O Cruzeiro* é a série de matérias a respeito da morte de uma estudante em 1958. Nasser, por tantas vezes acusado não apenas de parcial, como de se utilizar de uma ética atravessada para chegar aos seus objetivos – sobre ele já se disse ter pertencido a um grupo de extermínio -, defendeu veementemente, em todas as reportagens escritas sobre o caso, a culpabilidade indubitável dos acusados, chegando a afirmar, num dos textos (cujo excerto segue abaixo), que os jornalistas são “juízes imparciais dos juízes que comparecem ante o tribunal da opinião pública” (NASSER *apud* MOLICA, 2007, p.34).

Aída Cúri morreu duas vezes. A primeira foi há 20 meses, quando os monstros curraadores a atiraram do alto do Edifício Rio Nobre à calçada. A segunda foi agora, quando o juiz espezinhou a sua memória, absolvendo um criminoso da laia de Ronaldo Guilherme de Souza. (...) A absolvição desse asqueroso Ronaldo veio demonstrar que *justiça nesta terra parece que ainda tem que ser feita com as próprias mãos* (grifo meu) (NASSER *apud* MOLICA, 2007, p.43).

Conclusões

Trazendo o jornalista do linotipo à era do jornalismo digital, o raciocínio não é adotar a subjetividade absoluta, nem mesmo o tom vociferaz e o uso irresponsável de informações ou opiniões, como ‘solução’ para barrar a falta de apuração jornalística nas redações. O tema da subjetividade, aliás, como lembra Barros Filho (2003, p.99), continua “indigesto”, complexo e malquisto tanto por jornalistas quanto por cientistas.



O que se tenciona discutir é o potencial que pode vir a existir no aproveitamento ‘racional’ da subjetividade, ou o da objetividade como método, com vistas à elaboração de produtos jornalísticos, se não completos, ao menos bem realizados, com um alto padrão de qualidade em vista. Prática que passa a ser utilizada com menos parcimônia nas instâncias jornalísticas na *Web*, mais notadamente nos *blogs* noticiosos.

Se para defender um ponto de vista são necessárias ‘provas’ que comprovem a tese que está sendo desenvolvida, no jornalismo a ferramenta para isso é, justamente, a apuração. Atente-se, no entanto, para o fato de que a utilização ideal da subjetividade declarada na atividade jornalística, aqui assinalada, não inclui a investigação direcionada apenas à comprovação de uma tese – conforme exemplo anteriormente citado, no controverso *modus operandi* de David Nasser.

No lugar de o repórter apurar com vistas unicamente a encontrar subsídios que confirmem seu ponto de vista, o que certamente levaria a falácias claras, imprecisões e equívocos – além do afastamento da ética -, o que se levanta com essa linha de raciocínio é investigar como partida, sim, para tentar defender um ponto de vista, mas não significando afirmar que a reportagem não possa e não deva mudar completamente de rumo diante do aparecimento de novos fatos que refutem o que se imaginava como ‘verdade’ inicialmente. Ou seja, a ‘tese’ inicialmente defendida pelo repórter não seria passível a publicação, pois o que viria a se descobrir no processo de apuração é que seria responsável por modificar ou confirmar a versão dos fatos.

Além de depender dos fatos apurados para se apresentar as conclusões, de os fatos serem realmente preponderantes - e não utilizados simplesmente como suporte de uma opinião -, essa utilização racional da subjetividade teria, necessariamente, que respeitar um preceito básico: só ser levada a cabo, ou seja, publicada nos veículos de imprensa, quando do término de todo o processo de apuração, como forma de se evitar ou obter mais garantias de que os fatos publicados teriam grande probabilidade de ser procedentes.

Decerto esse processo de confecção de uma notícia é, atualmente, nas vias ‘naturais’ e físicas de disseminação de informação jornalística, algo impraticável, irreal, inviável de ser realizado num momento em que a velocidade dita as regras no mercado jornalístico (MORETZSOHN, 2002).

Em *blogs* jornalísticos ‘autorais’, não ligados a empresas de comunicação, como é o caso do *PEbodycount*, abre-se uma brecha para a realização desse tipo de exercício jornalístico. Especialmente por conta de os temas abordados pelo *bodycount* não se prenderem, necessariamente, apenas ao factual. Pavlik (2001), por exemplo, defende que as novas mídias têm na manga uma carta que pode representar, para o jornalismo, transformação semelhante à operada pela *penny press* do século 19, dando novo fôlego à apuração noticiosa e devolvendo, ao público, a chance de encontrar histórias de maior profundidade.

Se as grandes reportagens têm cada vez menos espaço assegurado nos meios tradicionais, não é difícil imaginar que uma das estratégias a se pensar para barrar a burocratização, a acomodação no jornalismo, possa passar num investimento maior justamente nas grandes histórias.

Assim, quanto mais o jornalismo se dedicar a investigar – defendendo ou não teses, apoiando-se ou não na objetividade -, maior a chance de as reportagens voltarem a preencher os espaços. E se os jornais impressos empreendem cada vez menos fôlego às



pautas de investigação, na *Web*, em teoria e por princípio, notadamente nos *blogs* de jornalistas, o convite a esse expediente pode até não ser aceito, mas é quase impossível de não ser escutado.

Referências

- ANDERSON, Chris. *A cauda longa: do mercado de massa para o mercado de nicho*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.
- BARROS FILHO, Clóvis. *Ética na comunicação*. São Paulo: Summus, 2003.
- BOCZKOWSKI, Pablo. *Digitizing the news: innovation in online newspapers*. New Baskerville: MIT Press, 2004.
- GUNTER, Barrie. *News and the net*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Inc, 2003.
- KARAM, Francisco José Castilhos. *A ética jornalística e o interesse público*. São Paulo: Summus, 2004.
- MOLICA, Fernando. *Cinqüenta anos de crimes*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- PAVLIK, John. *Journalism and new media*. Columbia University Press: New York, 2001.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa Pereira. *A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa*. Petrópolis: Vozes, 2006.
- VIZEU, Alfredo e CORREIA, João Carlos. *A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência*. Trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. Porto Alegre, 5 a 9 de setembro de 2006.

Site

www.pebodycount.org.br